



Município de
Resende

CÂMARA MUNICIPAL

Ata n.º 04/2026

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA
CÂMARA MUNICIPAL DE RESENDE,
REALIZADA EM 18.02.2026.-----

LOCAL: -----

Salão Nobre dos Paços do Concelho de Resende.-----

CONSTITUIÇÃO DO EXECUTIVO: -----

PRESIDENTE: -----

Fernando Silvério Cardoso de Sousa (PSD / CDS/PP);-----

VEREADORES: -----

Jorge Manuel Correia Caetano (PS);-----

Jorge José Pereira Sala Monteiro (PSD/CDS-PP);-----

Vera Mónica Fonseca Cardoso (PS);-----

Carla Sofia Pereira Lacerda José(PSD/CDS-PP);-----

SECRETARIADO: Assistente Técnico da Divisão Administrativa e de Expediente Geral, Paulo Jorge Vieira Correia.-----

HORA DE ABERTURA: -----

Eram 09h30 quando o senhor Presidente da Câmara, após verificar que a Câmara estava reunida em número legal suficiente para deliberar, declarou aberta a reunião.-----

A. PERÍODO DE “INTERVENÇÃO DO PÚBLICO; -----

Verificaram-se as seguintes intervenções:-----

B. PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”; -----

B.1. DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR; -----

O senhor Presidente solicitou a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, uma vez que a mesma foi distribuída a todos os membros com antecedência, a qual foi concedida.-----

Seguidamente, foi a referida ata colocada à discussão e sujeita a votação (na parte em que não tinha sido previamente aprovada em minuta), **tendo sido aprovada por unanimidade.**-----

B.2. COMPETÊNCIA DELEGADA; -----

Não houve.-----

B.3. ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE AUTÁRQUICO; -----

Verificaram-se as seguintes intervenções:-----

Presidente da Câmara – Deu conhecimento aos senhores Vereadores sobre o ponto de situação



no concelho relativamente às recentes intempéries, informando que o estudo técnico dos prejuízos já se encontra em fase de execução. Disse estimar-se que os danos ascendam a vários milhões de euros, manifestando a esperança de poder vir a receber apoio financeiro para suportar tais encargos. No que concerne à rede viária, deu nota de que as equipas se encontram a trabalhar na desobstrução das vias, salvaguardando-se, porém, que a situação na EN222, na freguesia de São Martinho de Mouros, é a de mais complexa resolução por depender da Infraestruturas de Portugal. Sobre este ponto, esclareceu que já foram iniciados contactos com a referida entidade para agilizar a recuperação da via, visto que tal corte representa um grave constrangimento. Referiu que os veículos pesados são obrigados à realização de um longo desvio para acederem à sede do concelho e os veículos ligeiros possuem, como alternativa, a estrada de Cêtos, via que carece de intervenção há bastante tempo. Por fim, reiterou que o Executivo permanece no terreno não só para proceder às reparações possíveis, mas também para fazer o levantamento de todas as situações e, principalmente, identificar as prioridades de intervenção.-----

Vera Mónica Fonseca Cardoso (PS) – Disse querer deixar registado um pequeno reparo ao Executivo, relativo às nomeações feitas para os cargos de direção intermédia, dado que não foi dado conhecimento de quem eram essas pessoas nem das funções que cada uma iria desempenhar. Referiu compreender que foram tempos exigentes e que terá sido por esse motivo que a situação escapou ao Executivo, mas reiterou o reparo ao senhor Presidente para que informe, efetivamente, quem foram os nomeados, para que cargos e com que funções. Deu nota de que a sua bancada iria proceder à entrega de contributos para a elaboração de três regulamentos municipais: o Regulamento de Apoio à Natalidade, o Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo Universitárias e o Regulamento da Vacinação Infantil, solicitando que fossem analisados para eventual integração nos documentos. No que diz respeito ao Apoio à Natalidade, referiu entenderem ser interessante definir um valor por cada nascimento, propondo, a título exemplificativo, o montante de 1.500,00€. este seria composto por uma prestação única de 500,00€ e o restante através do reembolso de faturas. Tal medida visaria dinamizar o comércio local e garantir que os bens e serviços fossem consumidos no concelho. Sugeriu ainda que, para a aplicabilidade deste apoio, a criança deve estar registada como natural de Resende e residir no mesmo há mais de um ano. Relativamente ao Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo Universitárias, a proposta da sua bancada é de que o apoio seja destinado a alunos com aproveitamento escolar, mediante o cálculo do rendimento per capita. Este rendimento seria estabelecido através da retribuição mínima mensal garantida (salário mínimo) e organizado em escalões: o primeiro de 0 a 25% do salário mínimo, o segundo de 25% a 35%, e assim sucessivamente, sendo o último escalão (superior a 55%) abrangente a todos os alunos do ensino superior. Propôs também que o regulamento se aplique não só a licenciaturas e mestrados, mas também a Cursos Técnicos Superiores Profissionais (CteSP). Quanto ao Regulamento da Vacinação Infantil, disse que o ponto fundamental é a gratuidade. Referiu conhecer alguns regulamentos baseados na comparticipação, mas defendeu que se deve aplicar a gratuidade total nas vacinas que não estejam integradas no Plano Nacional de Vacinação. Por último, manifestou a total



disponibilidade da sua bancada para esclarecer qualquer dúvida que possa surgir.-----

Jorge Manuel Correia Caetano (PS) – Relativamente aos últimos acontecimentos e às intempéries ocorridas, referiu que se tratam de situações extremas e bastante graves, cujas consequências irão prevalecer no concelho durante bastante tempo. Notou que as infraestruturas viárias, a contenção de taludes e os muros de suporte estão bastante afetados, sublinhando que a verdadeira dimensão dos estragos só será compreendida daqui a algum tempo. Em nome da sua bancada, sugeriu a criação de um “Plano Municipal de Recuperação e Resiliência de Resende”, com a missão específica de proceder ao levantamento e resolução desta calamidade, informando que o documento com esta proposta será entregue ao senhor Presidente para análise. Ressaltou que os termos do plano podem ser revistos ou modificados, mas que o objetivo central deve ser a reposição rápida de infraestruturas públicas, tais como estradas, redes de água e saneamento e de infraestruturas privadas, nomeadamente explorações agrícolas, sistemas de regadio e primeiras habitações, defendendo que nestas últimas se realize um levantamento das condições estruturais. Referiu que este plano seria um forte impulso para a normalização do território, devendo incluir o levantamento de prejuízos e o respetivo orçamento, tendo como eixos estratégicos a reparação urgente da rede viária e a realização de obras de mitigação para o futuro, como a drenagem de águas pluviais e a contenção de taludes. Defendeu ainda o investimento em máquinas e equipamentos para a Proteção Civil e, em concordância com os valores mencionados pelo senhor Presidente, propôs para o referido plano uma dotação inicial de 2.000.000€, que poderá ser reforçada por verbas provenientes do saldo de gerência. Sugeriu que o valor do saldo de gerência, de cerca de 5.200.000€, possa servir de suporte a este plano municipal, com um horizonte de execução de dois anos. Por último, questionou o Senhor Presidente sobre os assuntos debatidos na reunião tida em Lisboa com o Senhor Secretário de Estado.-----

Presidente da Câmara – Reconheceu o lapso pelo facto de não ter sido dado conhecimento das nomeações para os cargos de direção intermédia. Relativamente aos contributos e sugestões para os regulamentos municipais, agradeceu a contribuição, referindo que a elaboração destes documentos depende do envolvimento de todos e sublinhando que as propostas apresentadas vão ao encontro do que o Executivo já tinha em mente. No que concerne ao Regulamento de Apoio à Natalidade, informou que ainda não existe um montante definido, todavia, a intenção passa pela aplicação das duas componentes referidas: uma financeira e outra de apoio continuado, visando fomentar o comércio local através da aquisição de produtos como fraldas e outros bens essenciais. Quanto ao Regulamento de Bolsas de Estudo Universitárias, afirmou que as sugestões também coincidem com a visão do Executivo, sendo a maior preocupação garantir a justiça na atribuição das mesmas. Sobre o Regulamento de Apoio à Vacinação Infantil, lembrou que a sua gratuidade constava já no programa eleitoral da Coligação PSD/CDS-PP. Deu conhecimento aos senhores Vereadores de que já está a ser realizado um levantamento exaustivo de todas as situações ocorridas no concelho, o qual servirá de base de trabalho para a implementação de medidas e alocação de recursos financeiros. Informou ainda sobre uma reunião a ter lugar na CIM – Tâmega e Sousa, onde será apresentado este



levantamento minucioso, que inclui dados de georreferenciação e volumes de danos, elementos que consideram uma mais-valia para a obtenção de apoios financeiros. Relativamente ao método de organização, explicou que o processo envolve os Presidentes de Junta, as Equipas Municipais da Proteção Civil, os Bombeiros Voluntários de Resende e as autoridades locais. Decidiu-se que a Proteção Civil, em articulação com as Juntas de Freguesia, realizassem um levantamento de todas as ocorrências, incluindo as registadas em terrenos particulares. Ressalvou que, embora para os casos particulares ainda se esteja a definir um modelo de atuação, o objetivo é monitorizar a situação no terreno para tentar viabilizar ajudas através de apoios do Estado ou do Município, tendo sido colocado à disposição para o preenchimento de formulários e auxiliar pessoas com maiores dificuldades, o Gabinete Agrícola. Disse quer deixar registado um agradecimento a todos os funcionários das equipas municipais afetas à Proteção Civil, enaltecendo o seu espírito de missão e de entreatajuda demonstrado para com o Município, colaborando de forma exemplar para resolver todas situações. No que diz respeito à deslocação a Lisboa e à reunião tida com o senhor Secretário de Estado, sublinhou a importância de manter a proximidade com quem decide a aprovação de candidaturas de interesse para o concelho, sendo uma delas para a freguesia de Cárquere, razão pela qual o senhor Presidente da Junta marcou igualmente presença.-----

Jorge Manuel Correia Caetano (PS) – Manifestou concordância e sublinhou a importância de tais ações junto do Governo. Relativamente às intenções de ações, manifestou igualmente sintonia em relação ao modo de ação. Resumiu que se deveria identificar tudo, fazer o levantamento total e, depois, definir prioridades para restabelecer no imediato e, posteriormente, calendarizar o que fosse necessário.-----

Presidente da Câmara – Afirmou existir uma sintonia entre as partes, reiterando que a estratégia passa primeiro pela identificação para, posteriormente, se proceder ao planeamento. Referiu que os trabalhos de identificação já estão em curso e que o relatório deverá estar concluído muito em breve. Uma vez identificadas as situações, o processo seguirá para as fases de planeamento, definição de prioridades, lançamento de procedimentos e, finalmente, a intervenção. Conclui reforçando que a finalidade desta atuação é ser concretizada o mais depressa e melhor possível.-----

Voto de Pesar:-----

Foi apresentado e **aprovado, por unanimidade**, um voto de pesar, conjuntamente por todas as bancadas, pelo falecimento da **senhora Emília da Conceição Ferreira**, mãe da funcionária do Município, Angelina da Conceição Rodrigues Cardoso e pelo falecimento do **senhor Lucas Pinto**, sogro dos funcionários do Município, José Almeida Mercê e António Miguel Borges Pinto Andrade.----

C. PERÍODO DE “ORDEM DO DIA”:-----

Os assuntos constantes da “Ordem do Dia” para a presente reunião foram distribuídos a todos os membros com a devida antecedência.-----



[Handwritten signature]

C.1. ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente a lista contendo assuntos para conhecimento do executivo:-----

- Resumo Diário da Tesouraria nº 28, datado de 11 de fevereiro de 2026;-----
- Despacho Nº 8/2026 – Tolerância Ponto Carnaval - CR_1511/2026;-----
- Despacho Nº 10/2026 Delegação Competências - CR_1598/2026 ;-----
- Eleitos em Regime de Não Permanência – Parecer da CCDR-N - Ajudas de custo e subsídio de transporte – SAP-GAP-If_5/2026;-----
- JFSMMouros_Pedido de Autorização Utilização Espaço Exterior - Centro Escolar São Martinho Mouros - CR_1528/2026;-----

Não se verificaram quaisquer intervenções.-----

Tomado conhecimento.-----

C.2. MAPA ANUAL GLOBAL CONSOLIDADO RECRUTAMENTOS - PROPOSTA:-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação, uma proposta subscrita pelo senhor Presidente da Câmara.-----

Verificaram-se as seguintes intervenções:-----

Jorge Manuel Correia Caetano (PS) – Relativamente ao assunto em apreço, manifestou a intenção de abstenção, fundamentada no posicionamento inicial da sua bancada sobre o tema. Reconheceu que o mapa contém situações importantes, mas que a nova estrutura de chefias não corresponde à visão estratégica defendida pela sua bancada, ainda que a sua inclusão seja aceite, tendo, todavia, já se pronunciado sobre estas. Disse ter a percepção de que o plano deveria ter ido mais longe no reforço de funções operacionais, uma vez que, aquando do levantamento, considerou-se que havia espaço para prever mais postos para trolhas e pedreiros, em detrimento do modelo apresentado, e por estes motivos, a decisão recai sobre a abstenção em relação à proposta apresentada.-----

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por maioria (abstenção da bancada do Partido Socialista), aprovar.**-----

C.3. PAGAMENTO DE ÁGUA EM PRESTAÇÕES – INSTALAÇÃO Nº 2029:-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação, o pagamento em 12 prestações mensais iguais e sucessivas da dívida de água da instalação nº 2029, referente ao mês de dezembro de 2025, no valor de 490,57€.-----

Não se verificaram quaisquer intervenções.-----

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, unanimidade, aprovar.**-----

C.4. CONCURSO DE LEITURA – FASE MUNICIPAL 1º CEB – RESENDE – ORIENTAÇÕES /NORMAS DE PARTICIPAÇÃO:-----



Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação, a realização da prova da fase municipal e respetivas normas de participação, nos termos da informação dos serviços.-----

Não se verificaram quaisquer intervenções.-----

Colocado o assunto a votação, foi deliberado, unanimidade, aprovar.-----

C.5. INCLUSÃO DO SALDO DA GERÊNCIA DE 2025 NOS FUNDOS DISPONÍVEIS:-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação o mapa "Demonstração do Desempenho Orçamental" de 2025 e a integração nos fundos disponíveis, o saldo da gerência referente à execução orçamental de 2025, no montante de 5.294.237,52 € (cinco milhões duzentos e noventa e quatro mil duzentos e trinta e sete euros e cinquenta e dois cêntimos), nos termos da alínea a) do n.º 3 do art.º 5.º do Decreto – Lei n.º 127/2012, de 21 de junho.-----

Verificaram-se as seguintes intervenções:-----

Jorge Manuel Correia Caetano (PS) – Proferiu a seguinte intervenção:-----

"Grande parte deste desempenho tem a ver com o anterior Executivo. Deixar uma nota, que eu já tive oportunidade de referenciar numa das reuniões. Isto representa aquilo que foi alguma estagnação do nosso concelho. Tenho que admitir que, para chegarmos a um saldo com esta envergadura de 5 milhões e 200 mil euros, só podemos tirar essa conclusão. Aquilo que apelo ao senhor Presidente, é que ele seja integrado, de certa forma, naquilo que é este plano que nós identificamos aqui. Ele, grande parte, provavelmente, vai ser direcionado para estas calamidades que aconteceram no nosso concelho. E depois percebemos que num concelho como o nosso não é nenhuma medalha passar com este tipo de saldos. Este dinheiro tem que estar no terreno, tem que estar junto das populações, tem que estar no investimento, porque só assim é que conseguimos dar passos para que consigamos apanhar o comboio do desenvolvimento que todos queremos. Por isso, é só esta nota: acho que este saldo deve ser bem direcionado, e como nós propúnhamos aqui no nosso plano, uma parte dele ser direcionada para este combate, para este plano de ataque às calamidades que tivemos no nosso concelho nos últimos tempos."-----

Jorge José Pereira Sala Monteiro (PSD/CDS-PP) – Proferiu a seguinte intervenção:-----

"Naturalmente, sublinharei aqui o que são os movimentos orçamentais, sendo que o documento orçamental e o plano não são estáticos; é um documento para o ano, em função da realidade que vamos encontrando. É um documento planeado, mas ajustável e maleável à evolução da atividade e das ocorrências que, neste caso, nos fustigaram e que, inicialmente, não estavam previstas no instrumento elaborado em novembro. Se verificarem os movimentos orçamentais, já estamos a incluir uma rubrica específica para as intervenções neste domínio, embora a informação, neste momento, seja escassa; ainda não sabemos que tipo de apoios teremos ou qual será o enquadramento para estas situações. No entanto, reforçamos as rubricas de execução de muros, de pavimentação de estradas e uma rubrica específica, com uma dotação de um milhão de euros, para fazer face aos efeitos da intempérie.

Aguardamos também as decisões de quem possa atribuir apoios a municípios como o nosso.



Falamos de prejuízos de vários milhões de euros num município com um orçamento de pouco mais de vinte milhões; é um peso significativo no esforço orçamental. Ajustaremos as decisões em função dos instrumentos de financiamento e do quadro final de prejuízos. O enquadramento atual previsto para os privados não serve para Resende, pois refere-se a prejuízos mais a sul, focados em grandes explorações. As nossas explorações agrícolas não têm a dimensão ou a rentabilidade que permita o acesso a essas ajudas. Como referi, este é um instrumento dinâmico e, numa fase posterior, avaliaremos os investimentos em função de outras fontes de financiamento."-----

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por unanimidade, aprovar.**-----

C.6. UNIDADE DE CUIDADOS NA COMUNIDADE DE RESENDE – CEDÊNCIA DE AUDITÓRIO MUNICIPAL DE RESENDE:-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação, a cedência gratuita do Auditório Municipal, para a realização do evento "O Impacto da Perimenopausa na Vida Profissional", no dia 23 do corrente mês e ano, organizado pela Unidade de Cuidados na Comunidade de Resende.-----

Não se verificaram quaisquer intervenções.-----

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por unanimidade, aprovar.**-----

C.7. ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE RESENDE – CONSTITUIÇÃO DE TERCEIRA EQUIPA DE INTERVENÇÃO PERMANENTE (EIP) – PROPOSTA:--

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação, uma proposta subscrita pelo senhor Presidente da Câmara, no sentido do Município de Resende apoiar a candidatura de criação da 3.^a Equipa de Intervenção Permanente (EIP) destinada à Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Resende, assegurar a comparticipação financeira que lhe seja legalmente atribuída, em conformidade com a legislação em vigor e os protocolos específicos a celebrar para este fim, bem como autorizar a realização de todos os procedimentos necessários para a formalização da referida candidatura e concretização deste objetivo, em articulação direta com a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Resende e a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC).-----

O membro **Jorge José Pereira Sala Monteiro (PPD/PSD)** declarou-se impedido, pelo que não participou na sua discussão e votação.-----

Verificaram-se as seguintes intervenções:-----

Presidente da Câmara – Deu nota que, avaliado o pedido, o Executivo decidiu apoiar a candidatura da equipa, referindo que a constituição desta seria muito difícil dado o elevado número de pedidos, comparativamente com o número disponível, que são de vinte a nível nacional.-----

Vera Mónica Fonseca Cardoso (PS) – Questionou o senhor Presidente da Câmara se, a ser aprovada a constituição desta terceira equipa, ficará igualmente sediada na sede dos Bombeiros Voluntários de Resende ou se há intenção de deslocalização para outra zona do concelho.-----

Presidente da Câmara – Esclareceu que a equipa, a ser constituída, será para ficar sediada no



CÂMARA MUNICIPAL

quartel dos bombeiros, justificando com a necessidade de rotatividade de equipas, proporcionando um serviço de 24 horas.-----

Colocado o assunto a votação, foi deliberado, por unanimidade, aprovar.-----

C.8. MAPA DE DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL EXERCÍCIO 2025 – ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA – REVISÃO / ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL:-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para provação e remeter à Assembleia Municipal, nos termos da informação dos serviços, a qual se transcreve: "I. Submeter à Câmara Municipal a aprovação do Demonstração do Desempenho Orçamental do exercício de 2025, nos termos da alínea i), do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; II. Submeter à Câmara Municipal para deliberação de submissão à Assembleia Municipal, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para aprovação da 1ª alteração orçamental modificativa, por incorporação do saldo de gerência no montante de 5.294.237,52 euros, novos projetos e inscrição da rubrica de despesa 10.07.05 – Passivos Financeiros – Outros Passivos Financeiros – Administração Pública Central – Estado. Assim, os reforços da Receita de 2025 ascendem a 5.294.237,52 euros e o reforço da dotação de despesa de 2025 no valor de 5.294.237,52 euros, conforme mapas da alteração orçamental modificativa n.º 1 em anexo, para efeitos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro."-----

Verificaram-se as seguintes intervenções:-----

Jorge Manuel Correia Caetano (PS) – Disse que a sua intervenção iria ao encontro do proferido no Ponto C.5, dando-a aqui por reproduzida.-----

Colocado o assunto a votação, foi deliberado, por unanimidade, aprovar e remeter à Assembleia Municipal.-----

C.9. ASSOCIAÇÃO AMIGOS DE LOUREIRO E ERMIDA – PEDIDO DE TRANSPORTE E INSTALAÇÕES ESCOLARES – DESFILE DE CARNAVAL DE LOUREIRO 2026:-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para ratificação, a cedência de transportes e instalações da Escola Secundária de Resende, no âmbito da realização do evento "Desfile de Carnaval de Loureiro 2026", realizado no dia 16 de fevereiro/2026.-----

O membro **Jorge José Pereira Sala Monteiro (PPD/PSD)** declarou-se impedido, pelo que não participou na sua discussão e votação.-----

Não se verificaram quaisquer intervenções.-----

Colocado o assunto a votação, foi deliberado, por unanimidade, ratificar.-----

C.10. DESIGNAÇÃO DOS JÚRIS – PROCEDIMENTOS DOS RECRUTAMENTOS – CARGOS DIREÇÃO INTERMÉDIA 1º E 2º GRAU:-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação e remeter à Assembleia Municipal, uma proposta subscrita pelo senhor Presidente da Câmara.-----



Município de
Resende

CÂMARA MUNICIPAL

Não se verificaram quaisquer intervenções.-----

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por unanimidade, aprovar e remeter à Assembleia Municipapl.**-----

Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Câmara propôs a aprovação em minuta de todos os assuntos submetidos a decisão do órgão, **o que foi aprovado por unanimidade**, e deu por encerrada a reunião, eram 10h50.-----

Os documentos que servem de suporte às deliberações tomadas encontram-se arquivados digitalmente no sistema de gestão documental lportalDoc, com réplicas no servidor, na partilha Atas, pasta Câmara Municipal, subpasta Ano 2026.-----

Dr. Fernando Silvério Cardoso de Sousa
Presidente da Câmara Municipal

Paulo Jorge Vieira Correia
Assistente Técnico